

Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção - CTPCC

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO		
Local: ARPB	Data: 01/12/2017	Hora: 09h00 às 11h00
Pauta: -Leitura da ata da reunião anterior; -Apresentação de Estudos sobre Lei de Licitação Estadual; -Apresentação do “Programa Semeando Sementes da Cidadania”; -Apresentação do Portal da Transparência do Estado; -Eleição: Presidente, Vice-Presidente e Secretário-Geral do CTPCC; -Outros assuntos; -Agendamento da próxima reunião.		
Presentes: Waldir Porfírio, Gilmar Martins, Gilvanildo Pereira, Tânia Brito, Leonardo Quintans, Eduardo Albuquerque, Nildo Nunes, Sebastião Souza, João Bosco Carneiro Júnior		
Ausentes: Aluízio Bezerra Filho, Ana Maria Cartaxo e Gilberto Carneiro da Gama		

A 9ª reunião do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção - CTPCC teve início com a fala do Sr. Cléber Brito, Gerente Operacional de Educação Continuada da Escola de Administração Tributária – ESAT, que recebeu convite deste conselho para apresentar o “Programa Semeando Sementes da Cidadania” - EaD como ação para levar conceitos de cidadania, transparência e controle às escolas públicas estaduais. A Conselheira Tânia Brito sugeriu que assuntos relativos à Ouvidoria Geral do Estado também fossem contemplados neste módulo pela sua importância como instrumento de gestão. O Sr. Cléber Brito concordou com a importância do tema e se prontificou a dar início aos trabalhos de construção do material para a OGE juntamente com a Conselheira Tânia. O Conselheiro Eduardo Albuquerque informou que o Tribunal de Contas do Estado – TCE, através da Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira - ECOSIL está trabalhando material sobre Controle Externo e propôs que fosse feito uma parceria com a ESAT para divulgação do tema. O Sr. Cléber Brito informou que já estão em contato com a ECOSIL e que os trabalhos já estão em andamento. Concluída a apresentação o Conselho agradeceu a presença dos representantes da ESAT/SER e a disponibilidade em comparecer a reunião. Na sequência, foi iniciada a apresentação dos estudos sobre Lei de Licitação Estadual pelo Conselheiro Leonardo Quintans. A exposição contou com a presença do Vereador Eduardo Carneiro autor de lei semelhante no do Município de João Pessoa-PB. O Conselheiro Leonardo Quintans sugeriu a propositura de legislação similar em nível estadual devido sua importância para a transparência e controle por parte da sociedade. Prosseguiu dizendo que para aclarar a discussão da reunião passada em relação à constitucionalidade da proposta, elaborou Nota Técnica onde se constata ser de competência

privativa a União legislar sobre normas gerais de licitação, de acordo com o art. 22 da Constituição Federal, entretanto o parágrafo único do mesmo artigo que diz: **“Lei Complementar poderá autorizar os Estados e Municípios a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo”**. Sobre a possibilidade de se estender a obrigatoriedade de aplicação da norma a todos os municípios paraibanos o Conselheiro Leonardo Quintas concluiu não ser viável sobre o aspecto legal. O Conselheiro João Bosco Carneiro Júnior registrou que achou a proposta louvável e se propôs a defender o projeto na Assembleia Legislativa. O Presidente Waldir Porfírio sugeriu que, de acordo com as atribuições do CTPCC, poderá levar ao Governador do Estado a sugestão do referido projeto de lei. Também propôs a elaboração por parte do CTPCC de uma recomendação aos municípios para que adotem a mesma proposta. O Conselheiro Gilmar Martins sugeriu encaminhar a Nota Técnica ao Conselheiro Lúcio Landim, que se encontrava ausente por motivos previamente justificados, pois o mesmo havia se disposto a também estudar o assunto. Não obstante a sugestão do Conselheiro Gilmar Martins, a Nota Técnica elaborada pelo Conselheiro Leonardo Quintas foi aprovada pelo CTPCC bem como a recomendação ao Sr. Governador do Estado, para que determine as providências necessárias à regulamentação das condições ampliativas da publicidade dos procedimentos licitatórios no Estado da Paraíba. Na sequência foi sugerido que recomendação nesse sentido fosse enviada aos municípios paraibanos. A Conselheira Tânia Brito propôs convidar o representante da Federação das Associações de municípios da Paraíba - FAMUP para participar de reunião específica visando auxiliar na divulgação da ideia. O Conselheiro Givanildo Pereira lembrou que um dos critérios adotados no pacto social, parcerias firmadas entre o Governo do Estado e as prefeituras, é que os municípios que mais aderirem a participação social (ampliação das políticas de controle social) serão melhores pontuados em relação aos que não adotarem tal política. Dando prosseguimento, foi realizada a apresentação do Portal da Transparência do Governo do Estado pelo Conselheiro Gilmar Martins. O Conselheiro Gilmar Martins salientou que seria muito bom que num futuro próximo, todos os Poderes e Órgãos do estado fizessem uso do mesmo sistema para gerir suas licitações e contratos, tal qual ocorre atualmente com o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAF, pois dessa forma se teria de fato um Portal da Transparência do Estado. O Conselheiro Waldir Porfírio sugeriu a inclusão de dados sociais no Portal da Transparência, e o Conselheiro Gilmar Martins ficou de levar a proposta ao seu grupo gestor. Em relação ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC o Conselheiro Gilmar Martins informou que a equipe está trabalhando para implementar a avaliação da qualidade das respostas no início do próximo ano. O Conselheiro Eduardo Albuquerque indagou sobre a possibilidade de se ampliar as informações relativas a Receita (por tipo de arrecadação - DAR) e também as disponibilidades financeiras (contas correntes). O Conselheiro João Bosco Carneiro sugeriu a disponibilização de informações sobre os beneficiários de renúncia fiscal, bem como a realização de consultas por CPF/CNPJ sem a utilização da “máscara”. Sobre a Eleição do Presidente, Vice-Presidente e Secretário-Geral do CTPCC, o Conselheiro Waldir Porfírio sugeriu a manutenção da mesma mesa diretora assim como a recondução dos mandatos de todos os Conselheiros. Por aclamação, decidiu-se que a mesa diretora continuará com mesma formação. O Presidente Waldir Porfírio ficou de enviar expediente ao Sr. Governador do Estado informando a

disposição da permanência de todos os membros do CTPCC. Em seguida, a Conselheira Tânia Brito fez a leitura da ata da reunião anterior que foi aprovada por todos os membros presentes. Dando continuidade, o Conselheiro Waldir Porfírio informou que foi realizada reunião com a Controladoria Geral da União – CGU e membros do CTPCC e a Superintendente da Escola de Serviço Público do Estado - ESPEP, Dra. Luciane Coutinho, onde tratou-se da possibilidade de realização de convênio entre a CGU e a ESPEP, com o objetivo de disponibilização de cursos através da reciprocidade de parceria. Informou que a Dra. Luciane Coutinho encaminhou ofício a CGU com proposta de Termo de Cooperação, mas que até o momento não havia recebido resposta. O Conselheiro Gilmar Martins registrou que em relação a disponibilização dos decretos do Poder Executivo no Portal da Transparência, fora realizada reunião com o grupo de trabalho responsável pela tarefa, e que a CODATA ficou de desenvolver um software para que o setor responsável pela edição/publicação dos decretos possa alimentar o sistema com as informações necessárias à sua publicidade. O Conselheiro João Bosco Carneiro sugeriu que por meio de “links” os decretos fossem disponibilizados na página da Assembleia Legislativa - AL e que a leis estaduais, disponíveis na página da AL, fossem publicadas no Portal da Transparência. Finalizada a reunião foram definidos os seguintes encaminhamentos: 1. Encaminhar Nota Técnica ao Sr. Governador do Estado para que regulamente as condições ampliadas da publicidade dos procedimentos licitatórios – Waldir Porfírio; 2. Enviar recomendação para que os municípios adotem a mesma proposta – Waldir Porfírio; 3. Agendar reunião com a FAMUP para sugerir adesão a proposta de publicidade das licitações municipais – Waldir Porfírio; 4. Agendar reunião na AL para tratar da possibilidade em disponibilizar o link da legislação no Portal da Transparência – João Bosco; 5. Enviar expediente ao Sr. Governador do Estado informando a disposição da permanência de todos os membros no CTPCC – Gilmar Martins. A próxima reunião foi agendada para o dia 02 de março de 2017, das 09h00 às 11h00, na ARPB, tendo como minuta de pauta: 1. Planejamento das ações para 2018; 2. Acompanhamento do andamento das deliberações; 3. Proposta para realização de Seminário sobre Compliance na Administração Pública - Gilberto Carneiro. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, Gianka Cunha, a presente ata, com a anuência e todos os presentes acima nominados e referenciados.